

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

A POLÍTICA EXTERNA RUSSA NO ESPAÇO EURO-ATLÂNTICO

Dinâmicas de cooperação e
competição num espaço alargado

PATRICIA DAEHNHARDT
MARIA RAQUEL FREIRE

Coordenadoras

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO 2
AS RELAÇÕES DA RÚSSIA COM A UCRÂNIA,
BIELORRÚSSIA E MOLDOVA: PODER, DEPENDÊNCIAS
E ASSIMETRIAS NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO

Vanda Amaro Dias

Introdução

O fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética tiveram amplas repercussões na cena internacional. Desde logo, estes fenómenos influenciaram a forma como a Federação Russa passaria a atuar e a projetar o seu poder nos planos regional e global. Após um breve período romântico que privilegiava a integração nas instituições ocidentais, a Rússia passou a conceber o espaço pós-soviético como zona de interesses privilegiados e condição *sine qua non* para a sua segurança e prosperidade. Para além disso, a manutenção deste espaço na esfera de influência de Moscovo é vista como um elemento chave na sua estratégia para recuperar o estatuto de grande potência e contestar o que critica como unilateralismo norte-americano.

Consequentemente, o Kremlin tem recorrido a mecanismos políticos, económicos e de segurança para manter os países da sua vizinhança na sua órbita de influência e garantir a harmonização com as opções de política externa russa. Nesta equação, a atual vizinhança partilhada com a União Europeia (UE) – Ucrânia, Bielorrússia e Moldova – assume uma posição estratégica de destaque. Barry Buzan e Ole Waever (2003, p. 416) defendem que é nesta sub-região do espaço pós-soviético

que as dinâmicas políticas e securitárias são mais intensas, uma vez que esta constitui o último reduto entre a Rússia e o mundo ocidental e, em particular, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) percebida por Moscovo como um projeto expansionista que visa disseminar o poderio norte-americano na sua zona de interesses privilegiados.⁸

O relacionamento da Rússia com cada um destes países tem um cariz assimétrico, uma vez que a interdependência que marcara as suas relações durante a União Soviética deu lugar, com o colapso desta, a uma forte dependência política e económica. Na persecução da sua visão regional, o Kremlin não se coíbe de utilizar as vulnerabilidades da sua periferia para satisfazer os seus interesses. No entanto, a Ucrânia, a Bielorrússia e a Moldova procuram escapar a uma total submissão perante os ditames de Moscovo, tentando contrabalançar o seu poder sempre que lhes é possível. Para tal, recorrem às vantagens que advêm da sua posição geoestratégica entre a Rússia e o ocidente para obter mais valias no relacionamento com as autoridades russas e refrear as suas tentativas de dominar os destinos políticos e económicos da região.

São justamente estas dinâmicas complexas que emergem do relacionamento da Rússia com a vizinhança partilhada com a UE que nos propomos analisar. O objetivo será desvendar as dependências, assimetrias e relações de poder que daqui emanam e permitir um maior entendimento sobre as mesmas. Para tal abordaremos, numa primeira parte, a formulação de uma orientação de política externa na Federação Russa, após o colapso da União Soviética, e a construção do seu relacionamento com o espaço pós-soviético. As três secções seguintes analisam a relação da Rússia com a Ucrânia, a Bielorrússia e a Moldova, enfatizando as suas dimensões económica, política e de segurança e destacando a forma como Moscovo explora as dependências destes países para manter um padrão de relacionamento assimétrico e afirmar o seu poder na região.

⁸ As demais regiões do espaço pós-soviético identificadas pelos autores são o Cáucaso, Ásia Central e os Estados bálticos (Buzan e Waeber, 2003, p. 397).

A política externa russa no pós-Guerra Fria e o relacionamento com o espaço pós-soviético

Os acontecimentos que culminaram no desmembramento da União Soviética tiveram consideráveis implicações internacionais. Para lidar com os novos desafios com que se deparava, a Federação Russa foi confrontada com a necessidade de redefinir a sua estratégia de política externa. Numa primeira fase, esta passaria por uma aproximação às instituições internacionais, contempladas como uma oportunidade para promover a cooperação económica e política com as principais potências ocidentais (Lynch, 2002, p. 164). Contudo, este período ‘romântico’, acompanhado por uma política de não ingerência no espaço pós-soviético, seria rapidamente abandonado, perante a incapacidade da Rússia se projetar como um parceiro igual nos fóruns internacionais (Freire, 2009, p. 83), não se prolongando para além de 1993 (Donaldson e Noguee, 2005, p. 127).

Nesse mesmo ano, o documento relativo ao conceito de política externa consagrava um novo entendimento daquele que devia ser o papel da Rússia no mundo e, em particular, no espaço pós-soviético. Neste sentido, define a vizinhança próxima como área prioritária da agenda russa, representando um interesse vital para a sua segurança (Igumnova, 2011, p. 257). Os três grandes objetivos da política externa russa na região – manutenção da sua presença militar, proteção dos russos étnicos e obtenção de vantagens económicas – constituem os alicerces de uma atuação pragmática que privilegia a satisfação dos interesses políticos e económicos de Moscovo (Tsygankov, 2006a, p. 109). Esta estratégia seria reafirmada por documentos chave como os renovados *Foreign Policy Concept(s)* de 2008 e 2013 que comprometem Moscovo com a afirmação de um papel mais relevante na sua vizinhança e a contestação à hegemonia norte-americana.⁹

⁹ “The Foreign Policy Concept of the Russian Federation”. Disponível em: <http://archive.kremlin.ru/eng/text/docs/2008/07/204750.shtml>. Consultado em 4 janeiro 2012. “Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation - Approved by President of the Russian Federation V. Putin on 12 February 2013”. Disponível em: http://www.mid.ru/bdomp/brp_4.nsf/e78a48070f128a7b43256999005bcbb3/76389fec168189ed44257b2e0039b16d!OpenDocument. Consultado em 30 agosto 2013.

Com a eleição de Vladimir Putin para a Presidência da Federação Russa em 2000, esta visão estratégica ganha uma nova dimensão e visibilidade. Numa lógica pragmática e beneficiando dos lucros provenientes do setor energético, Putin restaura o poder do Estado e desenha um modelo assertivo que passa a definir a atuação da Rússia no espaço pós-soviético. Este modelo, continuado pelo presidente Medvedev desde 2008 (Mankoff, 2009, p. 2), visa afirmar a excecionalidade da posição geoestratégica russa como condição *sine qua non* para a sua grandeza internacional, utilizando recursos económicos, políticos e militares na prossecução dos interesses regionais de Moscovo (Isakova, 2005, pp. 17-18). Como afirma Dmitri Trenin:

A política externa russa voltou a tornar-se assertiva. [...] Ela fala sobre o que a Rússia quer e não sobre quaisquer interesses abstratos da comunidade internacional ou da paz mundial. [...] Moscovo usa sanções económicas para reforçar a sua mensagem de “não se metam connosco” sempre que outras formas de persuasão não funcionam. (Trenin, 2007c, p. 198)

A guerra entre a Rússia e a Geórgia em agosto de 2008 veio reforçar este modelo de afirmação na vizinhança de Moscovo e a disponibilidade para usar todos os meios para assegurar que os países do espaço pós-soviético se mantêm na sua esfera de influência. Daqui resultou uma mensagem clara, não só para os países da região, mas para a comunidade internacional, refreando o alargamento das instituições euro-atlânticas para um espaço onde Moscovo tem interesses privilegiados. Neste sentido, a Rússia ganhou vantagens sobre a região ao conseguir que a adesão da Ucrânia e da Geórgia à OTAN fosse descartada pela administração norte-americana e que a UE, desgastada pela crise interna, visse diminuídas as probabilidades de prosseguir uma política coerente e pró-ativa na região (Larrabee, 2010).

Ao assumir em maio de 2012 a presidência da Federação Russa pela terceira vez, Vladimir Putin mostra uma tendência de continuidade da assertividade que caracteriza a política externa do país e do reforço da sua influência no espaço pós-soviético. A proposta de uma União Eurasiática, cuja definição permanece vaga mas que Putin considera que

deve servir o propósito de unir a Federação Russa aos seus vizinhos numa comunidade de Estados capaz de se projetar como um dos grandes polos de poder mundial – a par dos EUA, UE e da China – é sintomática desta tendência de continuidade (Zagorski, 2012).

Assim, a Rússia tem visado aumentar a sua atratividade para estes países, seja pela exploração das suas dependências económicas, pela sua projeção como mercado preferencial para os seus produtos ou pelo acolhimento da sua força laboral no estrangeiro, cujas divisas alimentam a economia dos países de origem (Popescu e Wilson, 2009, p. 3). Da mesma forma, tem promovido a sua integração económica por meio de arranjos bi e multilaterais, que vão desde a ocupação de posições estratégicas nos principais setores económicos da região à tentativa de edificação de um Espaço Económico Comum entre a Rússia, a Bielorrússia, a Ucrânia e o Cazaquistão (Tsygankov, 2006a, pp. 147-148).

Neste panorama, a dimensão energética é incontornável, uma vez que a forte dependência da Moldova, Bielorrússia e Ucrânia dos recursos energéticos russos tem constituído uma vantagem política para o Kremlin, permitindo-lhe explorar esta vulnerabilidade em seu proveito (Denisov e Grivach, 2008, p. 96). Ainda que Moscovo evoque uma racionalidade económica para as querelas energéticas com o espaço pós-soviético, a sua coincidência com episódios políticos que contrariam os seus interesses, a diferenciação nos preços aplicados e a falta de transparência nas negociações (Makarychev, 2008, p. 54) sugerem que estas não podem ser reduzidas a uma dimensão comercial. Para além disso, o facto do presidente russo surgir, frequentemente, como principal interlocutor, oferecendo uma saída política aos países envolvidos, contribui para reforçar a imagem que a Gazprom (empresa detentora do monopólio da produção e transporte de gás natural) é um instrumento ao serviço do Kremlin (Trenin, 2007c, p. 205). O que aqui se evidencia é que o controlo do fornecimento energético confere uma enorme influência sobre estes países e, não obstante a sua dimensão económica, pode ser usado como arma política para os punir sempre que tomem medidas contrárias aos interesses russos. Todavia, e uma vez que não se trata de um processo unidirecional, a condição de países de trânsito energético constitui uma

mais valia negociada para a vizinhança partilhada, permitindo-lhe contrabalançar o poder da Rússia e moderar a sua capacidade de condicionar os rumos políticos e económicos da região (Heinrich, 2006, p. 3).¹⁰

Paralelamente, Moscovo tem procurado combinar as vantagens decorrentes do legado soviético, como a proximidade histórica, linguística e cultural, com uma estratégia política pró-ativa que visa controlar o que sucede neste espaço (Igumnova, 2011, p. 266). Nesta lógica, tem promovido uma série de iniciativas regionais para preservar a sua influência na região, como a Comunidade de Estados Independentes¹¹ (CEI) ou a Organização do Tratado de Segurança Coletiva¹² (OTSC), entre outras. Da mesma forma, tem apoiado os partidos pró-russos na sua vizinhança, que se opõem à integração em instituições ocidentais como a OTAN e a UE, cujos alargamentos são percebidos por Moscovo como parte de um cerco estratégico que visa enfraquecer a sua posição internacional (Stent, 2007, p. 12). Como tal, a Rússia tem desenvolvido uma tradição de ingerência nos principais processos eleitorais do espaço pós-soviético, com predominância nos países da vizinhança partilhada e da Ásia Central, através do apoio político, económico e mediático a determinados candidatos ou da avaliação da legitimidade dos atos eleitorais, por meio da Organização de Monitorização de Eleições da CEI, promotora dos interesses russos na região (Tolstrup, 2009, pp. 932-933). Da mesma forma, apoia organizações não governamentais e outros movimentos cívicos, de modo a ampliar a sua influência regional (Popescu e Wilson, 2009, p. 29).

De não somenos importância nesta estratégia surge a forte presença militar que a Federação Russa mantém no espaço pós-soviético, refletindo a percepção de que este território constitui uma área sensível para a sua

¹⁰ As tarifas de trânsito energético e a suspensão do trânsito de gás russo para o mercado europeu constituem os principais mecanismos que permitem a estes países ganhar vantagens negociais e influenciar as decisões do Kremlin (Gromadzki e Kononkuz, 2007, p. 22).

¹¹ Organização criada em dezembro de 1991 que incluía originalmente a Rússia, a Ucrânia, a Bielorrússia, a Moldóvia, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Uzbequistão, o Turquemenistão, o Tadjiquistão, a Arménia e o Azerbaijão. Os seus objetivos prendiam-se, essencialmente, com a harmonização das políticas externas dos seus membros, e a criação de espaços militares e económicos comuns.

¹² Organização subordinada à CEI, fundada em 2002 após a ratificação pelos presidentes da Arménia, Bielorrússia, Cazaquistão, Rússia, Quirguistão e Tadjiquistão.

segurança. Concomitantemente, Moscovo tem procurado reforçar a sua posição militar através de acordos bilaterais com os países da sua vizinhança, nos domínios defensivo e militar, que lhe permitiram estabelecer bases na Arménia, Azerbaijão,¹³ Bielorrússia, Geórgia (Abcázia e Ossétia do Sul), Cazaquistão, Quirguistão, Moldova (Transnístria), Tadjiquistão e Ucrânia (Igumnova, 2011, pp. 258-259). Alegando a manutenção da segurança regional, as forças militares russas são promovidas como um mecanismo de *peacekeeping* cujo mote é a mediação e resolução de conflitos (Morozova, 2009, p. 671). Este poderio torna-se um importante instrumento persuasivo quando o Kremlin apoia movimentos separatistas nos territórios onde tem um considerável aparato militar, como sucede no caso da Moldova (Mankoff, 2009, p. 245). Na prática, a presença militar russa na região constituiu um limite à soberania dos seus Estados vizinhos, negando-lhes o completo controlo do seu território e limitando, indiretamente, as suas opções políticas (Trenin, 2011, p. 11).

Desta forma, vemos que o relacionamento da Rússia com o espaço pós-soviético esconde uma série de dinâmicas complexas que resultam da importância estratégica desta zona. Para manter a sua influência na região, Moscovo tem promovido um relacionamento assimétrico com a sua periferia, aproveitando o facto de muitos destes Estados serem politicamente fracos e economicamente dependentes, o que os torna vulneráveis às suas pressões políticas, económicas e militares. Combinadas, as estratégias que prossegue permitem-lhe aumentar a sua influência política no espaço pós-soviético, salvaguardando os seus interesses, ao mesmo tempo que dissuade a interferência de outros atores na região (Baev, 2007, p. 454). Confrontados com tal cenário, estes países procuram obter um padrão de relacionamento mais igualitário, fazendo uso da sua condição geoestratégica para ganhar alguma vantagem negocial perante Moscovo (Gromadzki e Kononczuk, 2007, p. 13). Seguidamente analisamos as dinâmicas que emergem neste palco de manobras geopolíticas singulares e complexas, em particular as

¹³ Após o fracasso das negociações entre Moscovo e Baku com respeito ao futuro da estação de radar de Gabala, as autoridades russas decidiram retirar as suas forças do terreno no final de 2012.

que caracterizam o relacionamento da Rússia com a Ucrânia, a Bielorrússia e a Moldova – a vizinhança partilhada com a UE.

Relações Rússia-Ucrânia

Dos três casos analisados, o relacionamento da Rússia com a Ucrânia é aquele que tem sofrido maiores oscilações, variando entre momentos de aproximação e episódios de conflitualidade. Em parte, isso decorre do facto de Kiev constituir uma peça central na estratégia regional russa. Para além dos fortes laços históricos e culturais que tem com Moscovo (Donaldson e Noguee, 2005, pp. 180-81), a Ucrânia representa um vasto mercado, com muitas oportunidades de investimento, e constitui o principal país de trânsito de gás da Rússia para a Europa, com 80% da quota de mercado (Closson, 2008, p. 97). Porém, se esta realidade aumenta a sua importância geoestratégica, também a torna mais vulnerável perante o Kremlin, que percebe a sua aproximação às instituições ocidentais, como uma ameaça à sua segurança, pelo que a Rússia tem procurado manter o país na sua esfera de influência (Baek, 2009, p. 469).

Durante a década de 1990, as relações da Rússia com a Ucrânia foram marcadas por negociações turbulentas em torno de questões relativas às competências da CEI, o arsenal nuclear que permanecera em solo ucraniano e os termos a serem definidos para o transporte energético com destino ao mercado europeu (Trenin, 2007c, p. 199). Muito embora a resolução de alguns destes problemas tenha dado alguma estabilidade a este relacionamento, continuariam a existir pontos de tensão, como o controlo da frota russa estacionada na Crimeia ou a aproximação ucraniana às instituições ocidentais.

A primeira questão ficaria parcialmente resolvida em 1997, quando Kiev consentiu a permanência da frota russa na região, em troca do reconhecimento da Crimeia como parte integrante do seu território e do perdão de grande parte da sua dívida energética (Donaldson e Noguee, 2005, pp. 188-9). Porém, o cariz estratégico da base de Sebastopol levou a que o assunto fosse retomado em situações de maior tensão entre os dois países

vizinhos. Nestes casos, Moscovo utilizava a elevada percentagem de russos na região (cerca de 60%) para promover sentimentos anti-Ucrânia e, assim, exercer pressão política sobre o governo em Kiev, condicionando as suas opções políticas por temer retaliações que comprometam a sua estabilidade (Makarychev, 2009a, p. 63). Desta forma, Moscovo age como um ator que refreia a consolidação do Estado ucraniano e, através da projeção de um cenário de instabilidade latente, compromete a sua aproximação ao ocidente (Popescu e Wilson, 2009, p. 16).

Nesta fase, a estratégia de política externa de Kiev passava por um equilíbrio entre a Rússia e o ocidente procurando obter o melhor dos dois relacionamentos. Por um lado, procurava uma aproximação à UE e à OTAN, por forma a obter vantagens que lhe permitissem levar a cabo a sua transição política e económica com sucesso. Por outro lado, tentava não alienar o Kremlin, do qual dependia económica e energeticamente, mantendo contactos bilaterais e participando nas suas iniciativas regionais (Härtel, 2010, p. 2). Todavia, em 1999, o presidente Leonid Kuchma abandonou esta política de equilíbrio, para promover uma maior aproximação a Moscovo. Em troca de apoio político, cooperação militar e económica e a garantia de preços reduzidos pelo fornecimento de gás, a Rússia assegurava a manutenção de Kiev na sua órbita de influência (Dimitrova e Dragneva, 2009, p. 858).

Os acontecimentos que culminaram na revolução laranja, em 2004, implicaram um novo reajuste no relacionamento entre a Rússia e a Ucrânia. Para Moscovo, este episódio não foi percecionado como um produto interno da sociedade ucraniana, mas como uma ingerência dos poderes ocidentais que visavam estender a sua influência na região, ameaçando não só a integridade territorial russa¹⁴ como toda a sua estratégia de reafirmação enquanto grande potência (Mankoff, 2009, p. 250). Como tal, o apoio político, financeiro e mediático ao candidato pró-russo Viktor Yanukovitch, surge como uma reação para prevenir que a Ucrânia fosse

¹⁴ O Kremlin percecionou este movimento como uma ameaça à sua integridade territorial, por temer que os princípios liberais ocidentais penetrassem as suas instituições políticas e colocassem em causa a sobrevivência da liderança russa (Wilson, 2010, p. 21).

absorvida pelas estruturas ocidentais (Wilson, 2010, p. 29). Porém, o Kremlin ignorou o poder da sociedade civil e a popularidade do candidato Viktor Yushchenko (Stent, 2008, p. 1100), que viria a ser eleito presidente, imprimindo uma orientação pró-europeia à política externa de Kiev (Härtel, 2010, p. 3).

Este redirecionamento político implicou que a crise energética de 2006, em torno do aumento de preços pelo fornecimento de gás, fosse interpretada como uma retaliação pelas opções políticas de Kiev (Gromadzki e Konunckuz, 2007, p. 22). Ainda que esta não constituísse a primeira querela energética entre a Rússia e a Ucrânia, foi aquela que teve maior dimensão e visibilidade internacional até à data, incorporando a estratégia pragmática e assertiva russa no espaço pós-soviético (Sherr, 2008, p. 7). Não obstante, a condição de país de trânsito permitiu à Ucrânia alguma vantagem negocial ao utilizar o aumento nas tarifas de trânsito energético para chegar a um compromisso com Moscovo (Tsygankov, 2006b, p. 1088).

A par desta aparente instrumentalização política do fornecimento de gás, Moscovo tem tentado aumentar a sua participação no setor energético ucraniano. Consciente da vulnerabilidade que daqui pode advir, o parlamento ucraniano tem procurado obstaculizar o processo de privatização do sistema de gás. Ainda assim, em virtude das negociações que se seguiram à crise de 2006, a Rússia conseguiu controlar a distribuição de gás no mercado doméstico ucraniano, o que lhe dá uma vantagem considerável nos planos económico e político, acentuando a dependência de Kiev e tornando a Ucrânia mais suscetível à sua influência (Gromadzki e Konunckuz, 2007, p. 28). Paralelamente, Moscovo tem aumentado a sua participação noutros setores da economia ucraniana, com destaque para as atividades financeiras (Popescu e Wilson, 2009, p. 33).

A tendência negativa que as relações entre a Rússia e a Ucrânia revelavam desde a revolução laranja, seria agravada pelo facto de Kiev deixar em aberto o futuro da frota russa estacionada na Crimeia numa altura em que se colocava a questão da renovação do contrato assinado em 1997. Aliada à recusa em apoiar a intervenção russa na Geórgia, em 2008, esta situação levou o presidente russo Dmitri Medvedev a acusar

o seu homólogo ucraniano de seguir uma política externa anti-russa (Härtel, 2010, p. 2).

Adicionalmente, a realização da Cimeira UE-Ucrânia, em setembro de 2008, que consagra a intensificação da sua cooperação económica e energética (EU-Ukraine Summit, 2008), bem como a celebração, em dezembro, de uma parceria estratégica com os EUA¹⁵, em domínios defensivos e securitários, que choca com a estratégia regional russa, agravaram as relações entre Kiev e Moscovo. O resultado foi a eclosão de uma nova crise energética em 2009, que girava em torno dos preços a serem cobrados pelo fornecimento de gás, a dívida da Ucrânia e as tarifas de trânsito energético aplicadas à Gazprom, constantes no diálogo energético entre os dois países (Malygina, 2010, p. 8).

Este relacionamento só se voltaria a estabilizar, em 2010, após a eleição do pró-russo Viktor Yanukovitch para a presidência ucraniana, que manifestara a vontade em prosseguir uma política externa mais pragmática e próxima de Moscovo (Härtel, 2010). A consagração, pelos acordos de Karkiv, de preços preferenciais na importação de gás, em troca de extensão da permanência da frota russa na Crimeia até 2042, e a extinção da comissão governamental que preparava a adesão da Ucrânia à OTAN¹⁶, confirmam um momento positivo neste relacionamento, para além de evidenciar a tendência para Moscovo premiar os regimes que lhe são favoráveis e punir os que se afastam da sua esfera de influência (Vahabov, 2010). Concomitantemente, este episódio parece comprovar que a política energética russa na sua vizinhança não obedece somente a uma lógica de mercado, passando antes por uma cuidada ponderação entre interesses económicos e políticos na sua zona vital de segurança.

Ainda que em termos gerais as relações entre a Rússia e a Ucrânia tenham melhorado durante a presidência de Yanukovitch¹⁷, seria novamente

¹⁵ “United States – Ukraine Charter on Strategic Partnership”. Disponível em: <http://merln.ndu.edu/archivepdf/EUR/State/113366.pdf>. Consultado em: 7 janeiro 2012.

¹⁶ Esta medida foi acompanhada da retirada da adesão à OTAN como um dos objetivos estratégicos da agenda política e de segurança de Kiev (Weir, 2010).

¹⁷ Em julho de 2012, na primeira visita oficial de Putin à Ucrânia após as eleições presidenciais russas, os dois países assinaram a Declaração da Parceria Estratégica entre a Rússia e a Ucrânia que prevê o aprofundamento da cooperação entre as partes e estabelece os pontos prioritários desta cooperação.

uma questão energética a estar no cerne de mais uma desestabilização nas relações entre os dois países. O objeto desta contenda gira em torno da revisão dos preços de gás estabelecidos pelos acordos de 2009 assinados pelo primeiro ministro russo Vladimir Putin e a sua homóloga ucraniana Yulia Timoshenko. Porém, a Rússia recusa-se a rever o contrato a menos que a Ucrânia ceda à Gazprom o controlo do seu sistema de trânsito energético ou integre uma União Aduaneira liderada por Moscovo (RFE/RL, 2012a). Kiev considera ambas as hipóteses difíceis de aceitar, por um lado, porque reconhece o cariz estratégico dos gasodutos que atravessam o seu território e a fonte de riqueza que representam para as oligarquias do país; por outro lado, há muito que negocia um acordo de livre comércio com a UE que seria colocado em causa pela sua participação numa União Aduaneira com a Rússia, para além de considerar que daí resultaria uma concessão de prerrogativas comerciais e económicas a Moscovo que se traduziriam numa perda de controlo político sobre o país. A tensão em torno desta questão agravou-se quando, após a detenção da ex-primeiro ministro Yulia Timoshenko e a sua condenação a sete anos de prisão por abuso de poder na negociação dos acordos do gás de 2009, Kiev considerou estes mesmos acordos ilegais e ameaçou levar a Gazprom ao Instituto de Arbitragem da Câmara de Comércio de Estocolmo (Shumylo-Tapiola, 2012), num julgamento que Moscovo vê como sendo parcial, anti russo e politicamente motivado (RiaNovosti, 2012). Uma vez que a Ucrânia não está disposta a fazer as concessões almejadas pela Rússia, e que esta não se mostra favorável a rever os acordos em questão na ausência destas mesmas concessões, é previsível que a tensão entre os dois países se arraste durante algum tempo.

Desta forma vemos que as relações Rússia-Ucrânia têm oscilado entre momentos de cooperação e conflitualidade. Se a posição estratégica de Kiev lhe permite alternar a sua estratégia de política externa entre os vetores europeu e russo, a sua vulnerabilidade política, militar e económica constitui uma vantagem a favor do Kremlin que consegue preservar um relacionamento assimétrico. O intuito é manter a Ucrânia na sua esfera de influência e impedir a sua integração nas estruturas ocidentais. Como veremos, ainda que em dimensões diferentes, esta é uma tônica constante

no relacionamento com o espaço pós-soviético, em particular nos casos da Bielorrússia e Moldova que analisamos em seguida.

Relações Rússia-Bielorrússia

A Bielorrússia é frequentemente percebida como sendo o Estado politicamente mais próximo da Federação Russa. Isso sucede porque a eleição presidencial de Aleksandr Lukashenko, em 1994, não só comprometeu o país com um regime autoritário, como implicou uma política externa que fazia depender a segurança de Minsk de uma relação simbiótica com Moscovo (Donaldson e Noguee, 2005, p. 218).

Para o Kremlin, a Bielorrússia tem uma importância geoestratégica incontornável, representando um escudo de proteção que separa a Rússia do ocidente, para além de permitir o acesso ao enclave de Kaliningrado. Da mesma forma, ocupa uma posição favorável à defesa aérea russa, o que tem levado Moscovo a favorecer a integração dos seus sistemas de defesa (Buzan e Waeber, 2003, p. 416). A cooperação no seio da União entre a Rússia e a Bielorrússia, estabelecida em 1997, realça a primordialidade das questões militares e defensivas neste relacionamento. Ainda que, nos seus termos iniciais, esta União privilegiasse a integração política, económica e militar entre Moscovo e Minsk, a verdade é que apenas a cooperação nos domínios da defesa e segurança tem conseguido passar do plano virtual (Deyermond, 2004, p. 1191). O resultado desta integração é visível na criação de estruturas de defesa comuns e na presença de forças russas em solo bielorrusso, que corroboram a importância estratégica do país para a defesa de Moscovo (Martinsen, 2002, p. 404).

Consequentemente, Minsk tornou-se defensiva e militarmente dependente de Moscovo, o que representa um constrangimento à sua soberania, para além de constituir uma ameaça latente no caso de um afastamento da esfera de influência russa (Tolstrup, 2009, p. 935). No entanto, este processo sempre teve a conivência de Lukashenko, que aproveitou a sua posição estratégica entre a Rússia e o ocidente para obter benefícios económicos, que têm permitido a sobrevivência do seu regime (Oldberg, 1997, p. 114).

Contudo, se a integração no plano militar e defensivo tem sido bem sucedida, a cooperação no plano económico tem-se revelado mais complicada. Apesar de a Rússia ter assinado com a Bielorrússia, a Ucrânia e o Cazaquistão, em 2003, um acordo para a criação de um Espaço Económico Comum, a falta de avanços concretos na integração económica tem levado Minsk a mostrar-se descrente face ao potencial deste projeto (Allison et al., 2005, p. 496). Com efeito, ele constitui mais um instrumento geopolítico que, através de mecanismos económicos, visa cimentar a influência de Moscovo no espaço pós-soviético (Sushko, 2004, p. 128). Não obstante, a integração neste fórum tem permitido a Minsk beneficiar da conclusão de uma série de acordos políticos, da abertura do mercado russo aos seus produtos e de preços vantajosos pelo abastecimento energético (Leshchenko, 2008, p. 1427).

Apesar destas mais valias, a dependência energética de Minsk e a forte politização do setor energético constituem uma clara vulnerabilidade, pelo que qualquer distúrbio na relação com Moscovo pode acarretar graves consequências económicas e políticas (Gromadzki e Kononkuk, 2004, pp. 14-15). Consciente desta situação, o Kremlin tem usado o aumento dos preços da energia fornecida à Bielorrússia, numa lógica política, punindo-a por opções contrárias aos seus interesses. Quando tal sucede, Lukashenko utiliza a sua condição de país de trânsito energético para negociar com a Rússia e diminuir a influência desta (Heinrich, 2006, p. 3). Numa estratégia paralela, o líder bielorrusso tem tentado uma aproximação ao ocidente, e sobretudo à UE¹⁸, sempre que as relações com Moscovo se deterioram, salientando a sua importância geoestratégica e procurando obter vantagens negociais (Allison et al., 2005, pp. 490-492).

Em 2004, inicia-se um período de desentendimentos crescentes que haveriam de marcar o relacionamento de Lukashenko com as autoridades russas e que se repercutiram na eclosão de crises energéticas, que giravam em torno do preço a ser cobrado pelo fornecimento do gás à Bielorrússia e do controlo do gasoduto de Yamal, por onde passa 15% do gás que a

¹⁸ Mais recentemente verifica-se uma tendência de aproximação a outros atores ocidentais, com destaque para os EUA. Para uma leitura da evolução das relações entre Minsk e Washington ver Ioffe (2011).

Rússia exporta para a Europa (Bruce, 2005, pp. 2-4). Usadas com intuito político, estas querelas evidenciam que o Kremlin está a retirar o seu apoio a Lukashenko. Desde então, o presidente bielorrusso tem procurado estreitar as suas relações com a UE como saída política para as crises com Moscovo (Jarábik e Rabagliati, 2010, p. 3). Em troca da assistência técnica e financeira necessária para superar os constrangimentos impostos pela Rússia em momentos de maior tensão, Minsk tem feito algumas cedências políticas a Bruxelas. Desta forma, demonstra que a Bielorrússia não está regionalmente isolada, o que dada a sua importância geoestratégica lhe permite ganhar alguma manobra negocial com Moscovo (Rotman e Veremeeva, 2011, pp. 80-83).

Em dezembro de 2006, na sequência de mais uma crise energética, Moscovo aumenta a influência sobre Minsk ao consolidar a sua participação no setor energético, através da aquisição, pela Gazprom, de 50% da Beltransgaz, em troca de um período de transição nos preços de gás aplicados à Bielorrússia, que deviam atingir o preço de mercado em 2011 (Gromadzki e Konunckuk, 2007, p. 24). Uma vez que a economia bielorrussa se encontra dependente dos lucros do setor energético, esta situação implicou o agravar das condições internas e o descontentamento generalizado da população, que começa a contestar o poder autoritário de Lukashenko (Lindner, 2007, pp. 56-60).

Apesar da fragilidade política e económica, o presidente bielorrusso continuou a tomar uma série de medidas que têm hostilizado Moscovo, nomeadamente: a ameaça em cobrar compensações financeiras pela presença de bases militares no seu território; a recusa em integrar uma União Aduaneira juntamente com a Rússia e o Cazaquistão; o não reconhecimento da independência da Abcázia e da Ossétia do Sul; e o boicote à cimeira da OTSC, em 2008 (Padhol e Marples, 2011, pp. 4-7). A adoção de um discurso que apresenta a Rússia como uma ameaça para a integridade do país (Lindner, 2007, pp. 65-6), bem como a paulatina aproximação à UE e a sua participação na iniciativa *Eastern Partnership*¹⁹, desde maio de 2009 (Tumanov et al., 2011, pp. 130-31), acabou por deteriorar a já fragilizada relação.

¹⁹ A Parceria Oriental é uma iniciativa da UE, lançada em 2009, para fortalecer a dimensão leste no âmbito da Política Europeia de Vizinhança (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia,

O resultado foi o embargo aos laticínios bielorrussos declarado por Moscovo em 2009, e uma nova crise energética em 2010 (Shapovalova e Zarembo, 2010, p. 2), que permitiram aumentar mais uma vez a participação russa no setor energético bielorrusso (Yafimava, 2010). Paralelamente, Moscovo tem apoiado movimentos da oposição em Minsk e promovido campanhas para expor a opressão e a violação dos direitos humanos perpetrados pelo regime, com o objetivo de fragilizar a posição política de Lukashenko (Frear, 2010).

Porém, a situação alterou-se após uma reunião, a 9 de dezembro de 2010, entre Dmitri Medvedev e o presidente bielorrusso, em que ambos anunciaram a abolição de taxas aduaneiras pelo petróleo importado por Minsk e a garantia de não haver um aumento dos preços do gás em 2011. Em troca, Lukashenko acordou integrar o Espaço Económico Comum com a Rússia, que entraria em vigor em janeiro de 2012.²⁰ Mais uma vez Moscovo oferecia uma saída política que beneficiava os seus interesses regionais, ao mesmo tempo que garantia a Lukashenko a sua vitória eleitoral (Padhol e Marples, 2011, p. 7).

No entanto, o facto de as autoridades russas afirmarem que vão continuar a renegociar os preços energéticos com Minsk, ao mesmo tempo que reconhecem a sua posição estratégica e a sua indispensabilidade para a segurança da Federação Russa (Makarychev, 2008, p. 55), sugere que o problema neste relacionamento reside na sua elite política.²¹ O apoio aos movimentos de oposição nas eleições presidenciais de 2010 demonstra

Geórgia, Moldova e Ucrânia) e garantir a segurança no continente europeu (Conselho da União Europeia, 2009). Moscovo encara esta iniciativa como um ato hostil que reforça a posição europeia no espaço pós-soviético e coloca em risco os seus interesses regionais. Por esse motivo, tem procurado explorar as suas fragilidades, ao mesmo tempo que promove modelos de integração regionais alternativos, como a CEI, a OTSC ou o Espaço Económico Comum (Popescu e Wilson, 2009).

²⁰ O Espaço Económico Comum constitui um passo na direção de uma União Económica Eurasiática, garantindo a liberdade de circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre a Rússia, a Bielorrússia e o Cazaquistão, ao mesmo tempo que cria a Comissão Económica Eurasiática, o órgão de direção supranacional deste processo de integração (Cameron e Orenstein, 2012, pp. 30-31).

²¹ Com efeito, o Kremlin continua a reconhecer a importância estratégica do país com o presidente Vladimir Putin a declarar que uma União entre a Rússia e a Bielorrússia num futuro próximo não só é possível como desejável (Voice of America, 2012).

que Lukashenko não é indispensável para manter o país na esfera de influência russa (Lindner, 2007, p. 64). Por outro lado, Lukashenko tem visto a sua dependência face à Rússia aumentar em prol da grave situação financeira que o país enfrenta e que o forçou a aceitar um plano de resgate de 140 mil milhões de dólares em troca de importantes prerrogativas económicas, energéticas e políticas, fragilizando a sua posição perante a opinião pública da Bielorrússia e as oligarquias que beneficiam dos lucros provenientes do setor do gás (Raskolnikova, 2012). Ainda que a sua posição geoestratégica lhe tenha permitido ganhar algumas vantagens negociais com Moscovo, o presidente bielorrusso encontra-se politicamente fragilizado (Leshchenko, 2008, p. 1429). Desta forma, o futuro do seu regime permanece incerto, dependendo da sua capacidade de negociar com a Rússia e, nos vários momentos, contribuir para a satisfação dos seus interesses na região.

Relações Rússia-Moldova

Apesar da dimensão relativamente reduzida, quando comparada com a Ucrânia ou com a Bielorrússia, a Moldova ocupa um lugar de destaque na ótica geopolítica de Moscovo que a considera como parte integrante da sua esfera de influência. Neste sentido, a estratégia russa tem passado pela manutenção da neutralidade de Chisinau e, conseqüentemente, a prevenção da sua integração em instituições como a UE ou a OTAN (Makarychev, 2010, pp. 3-4).

A questão da Transnistria constitui um dos elementos mais importantes neste relacionamento. Após o colapso da União Soviética, o debate em torno da independência da Moldova e potencial reunificação com a Roménia, levou a comunidade na margem esquerda do rio Dniestre a reclamar estes territórios, desencadeando uma série de confrontos violentos. A intervenção do 14º exército soviético estacionado na Moldova, a favor da Transnistria, evidenciou a Rússia como uma terceira parte no conflito e não como uma força apaziguadora (Donaldson e Nogee, 2005, pp. 214-15). Desde o cessar-fogo acordado em 1992 entre Chisinau e Moscovo,

a Rússia manteve-se no terreno através de uma força de *peacekeeping* composta por contingentes russos, transnistrianos e moldavos, que coloca Chisinau numa desvantagem de 2 para 1 (Sanchez, 2009, p. 164).

Trata-se de um exemplo paradigmático de intervenção russa na sua vizinhança próxima para controlar este território e mantê-lo na sua esfera de influência (Tudoroiu, 2011, p. 239). Apesar de a Moldova ter protestado sucessivas vezes contra a presença de militares russos no seu território, a Rússia não só se mantém no terreno como joga um papel fulcral no conflito, apoiando política, militar e economicamente a liderança em Tiraspol (Boonstra 2007, pp. 3-4). Simultaneamente, nas negociações ao mais alto nível, Moscovo obstaculiza qualquer solução para o conflito, favorecendo a sua manutenção como cenário que melhor satisfaz os seus interesses regionais, uma vez que a preservação de um regime separatista próximo de Moscovo constitui um meio para assegurar a permanência de Chisinau na sua zona vital de segurança (Buzan e Waeber, 2003, p. 418).

Desta forma, a Rússia contribui para que a Moldova se mantenha um Estado frágil, incapaz de aplicar a autoridade à totalidade do seu território, restando as suas tentativas de integração com o ocidente, que permanece reticente em importar um conflito onde a Rússia se mantém como parte ativa (Tudoroiu, 2011, p. 139). Por outro lado, esta estratégia constitui uma forma do Kremlin exercer influência no sistema político moldavo e manter Chisinau na sua esfera de influência (Tolstrup, 2009, p. 936).

Durante a década de 1990, a Moldova tentou manter relações amistosas com a Rússia, ao mesmo tempo que tentava escapar ao seu monopólio económico e energético. A sua forte dependência externa, agravada pelo conflito na Transnistria, era vista como uma fragilidade que jogava a favor de Moscovo. Ainda assim, Chisinau tentou atenuar o poderio russo ao cooperar apenas de forma limitada em instituições como a CEI (King, 2003, pp. 75-6). Da mesma forma, tentou contrabalançar o poder da Rússia e a sua influência regional através do estreitar de relações com a UE, que se estabelecem em 1994 através do Acordo de Parceria e Cooperação, ainda que o mesmo só tenha entrado em vigor em 1998 (Korosteleva, 2010, pp. 1268-69; Partnership and Cooperation Agreement, 1998).

Apesar do presidente Vladimir Voronin ter sido eleito, em fevereiro de 2001, numa plataforma que visava a aproximação a Moscovo, não tardou a que ele abandonasse este rumo pró-russo em prol de uma maior aproximação às instituições ocidentais. Com efeito, a integração com a UE surgia como principal eixo da política externa moldava, tendo sido definitivamente consagrada pela *European Strategy of the Republic of Moldova*, em 2003. Tal revela uma visão pragmática em que Chisinau procura obter vantagens económicas e políticas no relacionamento com outros parceiros (International Crisis Group, 2007, p. 78) para superar a fragilidade que advém da sua forte dependência de Moscovo.²²

Por forma a evitar que Chisinau se afaste da sua esfera de influência, o Kremlin tem recorrido aos mecanismos económicos, políticos e militares de que dispõe para explorar as suas vulnerabilidades. Para além da sua presença militar na Transnístria, que constitui uma incontornável fonte de pressão e condicionamento político, a Rússia utiliza a sua posição económica para influenciar o país. É neste sentido que podemos compreender os embargos aos produtos agrícolas moldavos em 2006, que se seguiram a períodos de tensão entre Moscovo e Chisinau (Tolstrup, 2009, p. 938), bem como a crise energética que teve lugar durante o inverno de 2005-2006, como resposta ao fracasso do Memorandum Kozak, promovido unilateralmente pela Rússia como solução para o conflito da Transnístria. Proposta em 2003, esta tentativa de resolução implicava uma federalização assimétrica da Moldova, onde Tiraspol teria poder de veto em todas as questões políticas. Na prática, o objetivo era impedir a integração do país nas estruturas internacionais, ao mesmo tempo que favorecia a sua manutenção na órbita de influência russa, levando Chisinau a recusar um compromisso (Berg, 2006, p. 232).

²² Ainda que esta estratégia seja relativamente bem-sucedida, permitindo a integração de Chisinau em instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC) ou a Parceria para a Paz (OTAN), bem como uma aproximação à UE que lhe permite usufruir de vários programas de assistência técnica e financeira, a fragilidade económica do país e a forte presença (militar, política e económica) da Rússia no seu território permanecem sérias vulnerabilidades (Boonstra, 2011, pp. 1-5).

Neste contexto, a Federação Russa contempla com desagrado o crescente envolvimento da UE no país, sobretudo no que concerne à resolução do conflito da Transnístria e ao estabelecimento da *European Union Border Assistance Mission (EUBAM)*, que opera na região desde 2005, a pedido das autoridades moldavas.²³ Perante este cenário, a Rússia tenderá a manter a sua presença militar e tem poucos incentivos para deixar de promover a manutenção do *status quo* na região, uma vez que essa missão da UE facilitará a integração da Moldova nas instituições europeias, implicando o afastamento da sua órbita de influência (Stent, 2007, p. 15).

Contudo, após a guerra entre a Rússia e a Geórgia, encarada como um exemplo do caminho que os vizinhos russos não deviam seguir, os líderes moldavos têm mostrado uma maior disponibilidade para aceitarem a mediação russa, por oposição a um período de clara aproximação ao ocidente. O considerável aparato militar russo presente em solo moldavo e o receio de que Moscovo possa reconhecer a independência da Transnístria como forma de penalizar o regime de Chisinau pelas suas opções de política externa, à semelhança do que sucedeu com a Geórgia, encontram-se no cerne desta aproximação a Moscovo (Dyomkin, 2008). É neste sentido que se devem entender as declarações favoráveis à resolução do conflito da Transnístria proferidas pelo presidente Medvedev, em 2008, e uma nova proposta de resolução do conflito avançada em julho de 2012, que passava por uma (con)federalização da Moldova onde a Transnístria tivesse poder de veto em matéria de política externa e todos os assuntos ligados à presença e legitimidade das forças militares russas na região (Rettman, 2011). Este *momentum* foi reforçado pela eleição de Yevgeny Shevchuk para líder do governo da região da Transnístria, que admitiu promover a livre circulação de pessoas e bens entre Chisinau e Tiraspol, aproximando as duas margens do rio Dniester e contribuindo para a resolução do conflito (Barry, 2012a).

Todavia, factores como a morte de um civil moldavo por um militar russo, declarações russas que indicam um respeito cada vez menor pela

²³ EU Border Assistance Mission to Moldova and Ukraine. Disponível em: www.eubam.org. Consultado em: 29 março 2012.

integridade territorial do país e a nomeação de Dmitry Rogozin como enviado especial para a Transnístria²⁴ (à semelhança do que sucedeu na Abcázia e na Ossétia do Sul, duas regiões que a Rússia reconhece como independentes) vieram quebrar este padrão²⁵ e contribuíram para um escalar de tensões entre Chisinau e Moscovo, colocando em causa qualquer solução viável para o conflito (Socor, 2012). Estes episódios, apesar de não mudarem drasticamente a situação no terreno, forçaram a tomada de medidas mais intransigentes ou pelo menos um desacelerar do processo de resolução do conflito, numa altura em que surgia pela primeira vez em muitos anos uma janela de oportunidade para uma postura mais conciliatória entre as partes envolvidas.

A enorme dependência energética de Chisinau tem sido agravada pela crescente participação russa na sua economia. Com efeito, a incapacidade da Moldova pagar a sua dívida energética a Moscovo, durante os anos 1990, permitiu à Rússia controlar virtualmente toda a rede de gás na Moldova e ganhar uma participação significativa no setor elétrico (Gromadzki e Konunckuz, 2007, p. 20). Adicionalmente, tem expandido o seu investimento no setor agrícola moldavo, promovendo a sua privatização (Fokina, 2005, pp. 81-2). Assim, a Rússia tem vindo a controlar os principais setores económicos da Moldova, aumentando a dependência desta e diminuindo a sua capacidade de negociação (Gromadzki e Konunckuz, 2007, p. 26). Por outro lado, nos últimos anos a Rússia tem procurado criar condições favoráveis ao crescimento das exportações moldavas para o seu território de modo a criar benefícios para as elites económicas de Chisinau, levando a uma maior aproximação das mesmas a Moscovo e, conseqüentemente, ao aumento da

²⁴ Apesar desta nomeação demonstrar que a Rússia continua a ter interesses estratégicos na Moldova, o facto de Dmitry Rogozin ser uma figura favorável ao reconhecimento da independência da região da Transnístria pode ser considerada uma forma de exercer pressão sobre Chisinau e levar a uma solução para o conflito favorável às pretensões russas, uma vez que Moscovo dispõe dos meios para reconhecer a independência de Tiraspol e contribuir para a rutura definitiva da República da Moldova, à semelhança do que sucedeu na Geórgia.

²⁵ Como resultado Chisinau reforçou os seus apelos à comunidade internacional para diminuir a presença militar russa na região da Transnístria e substituir a atual força de *peacekeeping* por uma missão civil internacional que leve a cabo a tarefa de reaproximar a população de ambas as margens do rio Dniester, uma opção que Moscovo e a região da Transnístria se recusam a ponderar (Rodkiewicz, 2012).

dependência (e vulnerabilidade) económica da Moldova (Rodkiewicz, 2012). Deste modo, Moscovo ganha uma enorme influência económica e política, ao mesmo tempo que reúne as condições para manter um relacionamento assimétrico, que joga a favor da satisfação dos seus interesses.

A influência da Federação Russa no país estende-se também aos atos eleitorais, onde se tem mostrado ativa desde o início da década de 1990. Consciente do poder de Moscovo, Voronin tem sabido jogar com a situação aproximando-se da Rússia, em detrimento da UE, na véspera de importantes momentos eleitorais. Com efeito, o presidente moldavo foi eleito, em 2001, numa plataforma pró-russa, da qual se afastou posteriormente em prol de um *rapprochement* ao ocidente. Não obstante, não hesitaria em trocar o vetor europeu pelo apoio russo durante as eleições locais de 2003 e nas eleições parlamentares de 2009 (Korosteleva, 2010, p. 1281), evidenciando uma abordagem pragmática por parte de Chisinau que visa a satisfação dos interesses nacionais e que Moscovo sabe explorar para manter o país na sua esfera de influência.

Os resultados das eleições de 2009, que implicaram a derrota do Partido Comunista da Moldova e a vitória da Aliança para a Integração Europeia, levou a Federação Russa a intensificar a sua retórica relativamente aos perigos da aproximação à UE e a mudar a sua estratégia para o país, intensificando os contactos e iniciativas com as elites pró-ocidentais de Chisinau e *think tanks* que apoiam a integração europeia (Makarychev, 2010, pp. 1-4). O objetivo é aumentar a capacidade normativa da Rússia²⁶ e aliá-la às estratégias políticas, económicas e militares que tem aplicado na região, para influenciar o rumo político da Moldova e, assim, melhor cumprir os objetivos de manter o país na sua esfera de influência (Haukkala, 2008, pp. 40-42) e preservar uma forte presença militar no terreno de modo a prevenir a sua integração nas estruturas euro-atlânticas.

²⁶ A agenda normativa no seio da política externa russa é uma questão embrionária que se encontra associada a mecanismos de *soft power* que complementam uma abordagem regional mais musculada. Neste plano a Rússia tem a vantagem de oferecer benefícios políticos e económicos, sem o mecanismo de condicionalidade que está associado à UE. Todavia, o sucesso do projeto de integração europeia continua a ter uma enorme atratividade na região e constitui um desafio para a estratégia de Moscovo na vizinhança partilhada (Haukkala, 2008; Makarychev, 2009).

Conclusão

O novo cenário regional e global do pós-Guerra Fria levaram a Federação Russa a redefinir a sua orientação de política externa. Após um breve período ‘romântico’ de aproximação ao ocidente, os seus principais objetivos vão prender-se com a recuperação do seu estatuto de grande potência. Nesta lógica, o relacionamento com o espaço pós-soviético assume uma dimensão preponderante. Defendendo esta zona como área de interesses privilegiados, Moscovo vai procurar explorar as dependências económicas, políticas e de segurança dos seus vizinhos para perpetuar um relacionamento assimétrico e assegurar o seu controlo na região, ao mesmo tempo que impede a ingerência de poderes externos na sua zona vital de segurança.

Se nos anos 1990 a situação política interna não permitiu à Federação Russa aplicar esta estratégia em toda a sua potencialidade, a eleição de Vladimir Putin, em 2000, foi acompanhada de uma política pragmática e assertiva na região. Neste sentido, a máxima passa a ser a satisfação dos interesses económicos e políticos de Moscovo, que não se coíbe de usar os mecanismos económicos, políticos e de segurança ao seu dispor para reforçar as vulnerabilidades dos países na sua periferia, mantê-los na sua esfera de influência e, por esta via, assegurar a reafirmação da Rússia como grande potência.

As dinâmicas que resultam da tentativa do Kremlin de controlar o espaço pós-soviético são particularmente visíveis na atual vizinhança partilhada com a UE – Ucrânia, Bielorrússia e Moldova – um espaço de importância estratégica incontornável, uma vez que constitui o último reduto entre a Rússia e o ocidente. Ainda que cada um destes relacionamentos tenha um grau de intensidade e dinâmica variável, todos se baseiam numa lógica assimétrica que favorece Moscovo e dificulta a atuação de outros atores regionais neste espaço, nomeadamente da UE. Com efeito, as vulnerabilidades económicas, energéticas e políticas que cada um destes países revela, aliada a uma forte presença militar na região, dá à Federação Russa uma enorme capacidade de influenciar o rumo interno e as opções de política externa destes países, ainda que de forma diferenciada e ajustada à realidade de cada um destes relacionamentos. Nesta ótica, Moscovo favorece os governos que facilitam a satisfação dos

seus interesses regionais, e pune aqueles que tomam posições contrárias às suas diretrizes.

Ainda que a preponderância da Rússia na região seja inquestionável, é interessante verificar como também os países da sua vizinhança adotaram uma posição pragmática que os leva a jogar com a sua posição geoestratégica entre a Rússia e o ocidente, para obter prerrogativas econômicas e políticas, ao mesmo tempo que evitam uma total submissão aos ditames de Moscovo. Com efeito, todos utilizam a aproximação ao ocidente, ou pelo menos a ideia de integração nas suas organizações, quando as relações com Moscovo se deterioram, da mesma forma que todas jogam com uma aproximação ao Kremlin quando daí lhes possa advir alguma vantagem.

No entanto, esta não deve ser entendida como uma dinâmica linear, uma vez que depende das condicionantes políticas que a cada momento se encontram em cima da mesa. Não obstante, a condição geoestratégica destes países, que lhes permite seguir políticas multivetoriais e estratégias pragmáticas, tem efeitos limitados. Enquanto a Rússia mantiver uma forte presença militar na região, os seus sistemas políticos permitirem a ingerência russa e se mantiver a sua forte dependência económica e energética, Moscovo vai sempre ter a hipótese de condicionar os seus rumos domésticos e externos. Ainda que a aproximação à (e da) UE possa efetivamente representar um desacelerar nestas tendências, permitindo-lhes contrabalançar o poder russo, esta região continuará, muito provavelmente, a ser palco de dinâmicas de poder complexas, que exploram dependências múltiplas para perpetuar relacionamentos assimétricos que privilegiam a prossecução e satisfação dos interesses de Moscovo.

Bibliografia

- ALLISON, Roy, WHITE, Stephen e LIGHT, Margot - Belarus between East and West. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*. Vol. 21, N.º 4 (2005), p. 487-511.
- BAEK, Jun Kee - Medvedev's Russia, a 'revisionist power' or an 'architect of a new world order'? The evolution of ideational factors and its cases. *Korean Journal of Defense Analysis*. Vol. 21, N.º 4 (2009), p. 455-484.

- BAEV, Pavel K. - Russia Aspires to the Status of 'Energy Superpower'. *Strategic Analysis*. Vol. 31, N.º 3 (2007), p. 447-465.
- BARRY, Ellen - Shooting at Checkpoint Raises Tensions in a Disputed Region Claimed by Moldova. *The New York Times*, 3 janeiro 2012. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: http://www.nytimes.com/2012/01/04/world/europe/shooting-raises-tensions-between-moldova-and-russia.html?_r=0
- BERG, Eiki - Pooling Sovereignty, Losing Territoriality? Making Peace in Cyprus and Moldova, *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*. Vol. 97, N.º 3 (2006), p. 222-236.
- BOONSTRA, Igor - Moldova, Transdnistria and European Democracy Policies. *FRIDE Comment*, 2007. [Acedido a 8 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: www.fride.org/download/COM_Moldav_ENG_feb07.pdf.
- BOONSTRA, Igor - Moldova: an EU success story?. *FRIDE Policy Brief*. N.º 92, 2011. [Acedido a 27 de mar. de 2012]. Disponível na Internet: <http://fride.org/publication/940/moldova-an-eu-success-story>.
- BRIDGE, Robert - Russia, Ukraine hammer out historic strategic partnership. *RT*, 13 julho 2012. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: <http://rt.com/politics/russia-ukraine-agreement-putin-yanukovich-113/>.
- BRUCE, Chloe - Friction or Fiction? The gas factor in Russian-Belarusian relations. *Chatham House Briefing Paper*. REP BP 05/01 (2005) p. 1-14.
- BUZAN, Barry e WAEVER, Ole - *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CAMERON, David R.; ORENSTEIN, Mitchell A. - Post-Soviet Authoritarianism: The influence of Russia in its "Near Abroad". *Post-Soviet Affairs*. Vol. 28, N.º 1 (2012), p. 1-44.
- CLOSSON, Stacy - Russia's key customer: Europe. In Perovic, Jeronim; Orttung, Robert e Wenger, Andreas, eds. *Russian Energy Power and Foreign Relations: Implications for Conflict and Cooperation*. London: Routledge, (2009), p. 89-108.
- Conselho da União Europeia - Joint Declaration of the Prague Eastern Partnership Summit, Prague, 7 May 2009. 8435/09 (Presse 78).
- DENISOV, Andrey e GRIVACH, Alexei - The gains and failures of the energy superpower. *Russia in Global Affairs*. Vol. 6, N.º 2, (2008), p. 96-108.
- DEYERMOND, Ruth - The state of the union: military success, economic and political failure in the Russia-Belarus Union. *Europe-Asia Studies*. Vol. 56, N.º 8 (2004), p. 1191-1205.
- DIMITROVA, Antoaneta e DRAGNEVA, Rilka - Constraining external governance: interdependence with Russia and the CIS as limits to the EU's rule transfer in the Ukraine. *Journal of European Public Policy*. Vol. 16, N.º 6 (2009), p. 853-872.
- DONALDSON, Robert H. e NOGEE, Joseph L. - *The Foreign Policy of Russia: changing systems, enduring interests*. Armonk: M. E. Sharpe, 2005.
- DYOMKIN, Denis - Russia warns Moldova against 'Georgian mistake'. *Reuters*, 25 agosto 2008. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.reuters.com/article/2008/08/25/us-russia-moldova-transdnistria-idUSLP59197620080825>.
- EU-Ukraine Summit, Paris, 9 setembro 2008, Joint Press Release – [Acedido a 7 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/102633.pdf
- European Strategy of the Republic of Moldova – updated version (2007), [Acedido a 29 de mar. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.ipp.md/libview.php?l=en&idc=167&id=524>.
- FOKINA, L. V. - Economic Cooperation between Russian Regions and Moldova. *Problems of Economic Transition*. Vol. 47, N.º 12 (2005), p. 80-86.

- FREAR, Mathew - Friends or Foes? Developments in relations between Russia and Belarus. *Russian Analytical Digest*. No. 87 (2010), p. 2-4.
- FREIRE, Maria Raquel - A Política Externa em Transição: o caso da Federação Russa. *Relações Internacionais*. N.º 23 (2009), p. 75-89.
- GROMADZKI, Grzegorz e KONONCZUK, Wojciech - *Energy Game: Ukraine, Moldova and Belarus between the EU and Russia*. Warsaw: Batory Foundation, 2007.
- HÄRTEL, André - Ukrainian-Russian gas relations after the 2009 conflict: the current situation and future prospects. *Russian Analytical Digest*. No. 75 (2010), p. 2-5.
- HAUKKALA, Hiski - The Russian Challenge to EU Normative Power: The Case of European Neighbourhood Policy. *The International Spectator*. Vol. 43, N.º 2 (2008), p. 35-47.
- HEINRICH, Andreas - Gazprom: a reliable partner for Europe's Energy Supply?. *Russian Analytical Digest*. No. 1 (2006), p. 2-7.
- IGUMNOVA, Lyudmila - Russia's Strategic Culture between American and European Worldviews. *The Journal of Slavic Military Studies*. Vol. 24, N.º 2 (2011), p. 253-273.
- International Crisis Group - Moldova's Uncertain Future. In Hamilton, Daniel e Mangott, Gerhard (eds.) *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus and Moldova*. Washington, DC: Center for Transatlantic Relations (2007), p. 77-124.
- IOFFE, Grigory - Belarus and the West: From Estrangement to Honeymoon. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*. Vol. 27, N.º 2, (2011), p. 217-240.
- ISAKOVA, Irina - *Russian Governance in the Twenty-First Century*. London: Frank Cass, 2005.
- JARÁBIK, Balazs e RABAGLIATI, Alastair - Assessing Democracy Assistance: Belarus. *FRIDE*, 2010. [Acedido a 7 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: www.fride.org/download/IP_WMD_Belarus_ENG_jul10.pdf.
- KING, Charles - Marking time in the middle ground: Contested identities and Moldovan foreign policy. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*. Vol. 19, N.º 3, (2003), p. 60-82.
- KOROSTELEVA, Elena - Moldova's European Choice: 'Between two stools'?. *Europe-Asia Studies*. Vol. 62, N.º 8 (2010), p. 1267-1289.
- LARRABEE, F. Stephen - Rethinking Russia: Russia, Ukraine and Central Europe: The return of Geopolitics. *Journal of International Affairs*. Vol. 63, N.º 2 (2012), p. 33-52.
- LESHCHENKO, Natalia - The National Ideology and the Basis of the Lukashenka Regime in Belarus. *Europe-Asia Studies*. Vol. 60, N.º 8 (2008), p. 1419-1433.
- LINDNER, Rainer - Neighborhood in Flux: EU-Belarus-Russia. Prospects for the European Union's Belarus Policy. In Hamilton, Daniel e Mangott, Gerhard (eds.) *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus and Moldova*. Washington, DC: Center for Transatlantic Relations (2007), p. 55-76.
- LYNCH, Allen C. - The Evolution of Russian Foreign Policy in the 1990s. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*. Vol. 18, N.º 1, (2002), p. 161-182.
- MAKARYCHEV, Andrey S. - Russia's Search for International Identity through the Sovereign Democracy Concept. *The International Spectator*. Vol. 43, N.º 2, (2008), p. 49-62.
- MAKARYCHEV, Andrey S. - A Rússia, a Europa e o legado de 1989: conflitos de interpretação. *Relações Internacionais*. N.º 23 (2009), p. 53-74.
- MAKARYCHEV, Andrey S. - Russia's Moldova Policy: Soft Power at the Service of Realpolitik?. *PONARS Eurasia Policy Memo*, No. 94 (2010).
- MALYGINA, Katerina - Ukrainian-Russian Gas Relations after the 2009 Conflict: The Current Situation and Future Prospects. *Russian Analytical Digest*. No. 75 (2010), p. 5-9.

- MANKOFF, Jeffrey - *Russian Foreign Policy. The Return of Great Power Politics*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2009.
- MARTINSEN, Kaare Dahl - The Russian Takeover of Belarus. *Comparative Strategy*. Vol. 21, N.º 5 (2002), p. 401- 416.
- MOROZOVA, Natalia - Geopolitics, Eurasianism and Russian Foreign Policy. *Geopolitics*. Vol. 14, N.º 4 (2009), p. 667-686.
- OLDBERG, Ingmar - Sunset over the swamp – the independence and dependence of Belarus. *European Security*. Vol. 6, N.º 3, p(1997), p. 110-130.
- PADHOL, Uladzimir e MARPLES, David R. - The 2010 Presidential Elections in Belarus. *Problems of Post-Communism*. Vol. 58, N.º 1 (2011), p. 3-16.
- PCA - Partnership and Cooperation Agreement between the European Communities and their Member States and the Republic of Moldova (1998), JO L 181/3, 24.6.1998.
- POPESCU, Nicu e WILSON, Andrew - *The Limits of Enlargement-Lite: European and Russian Power in the Troubled Neighbourhood*. London: European Council on Foreign Relations, 2009.
- RASKOLNIKOVA, Ilona - Kazakhstan, Russia and Belarus to integrate joint air defense system. *Pravda*, 12 de julho 2012. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: http://english.pravda.ru/world/ussr/12-07-2012/121633-kazakhstan_russia_belarus_missile_defense-0/.
- RETTMAN, Andrew - “Russian decision boosts Moldova’s EU entry prospects”, *EUobserver*, 30 março 2011. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: <http://euobserver.com/foreign/32095>.
- RFE/RL - Russia, Ukraine Hold Inconclusive Gas Summit. *Radio Free Europe/Radio Liberty*, 12 de julho 2012. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.rferl.org/content/russia-ukraine-gas-summit/24643469.html>.
- RiaNovosti - Russia Calls on Ukraine to Treat Tymoshenko with Humanity. *RiaNovosti*, 24 de Abril 2012. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: <http://en.rian.ru/russia/20120424/173019528.html>.
- RODKIEWICZ, Witold - Russia’s strategy towards Moldova: continuation or change?. *OWS Commentary*, 2012. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.osw.waw.pl/en/publikacje/osw-commentary/2012-04-19/russia-s-strategy-towards-moldova-continuation-or-change>.
- ROTMAN, David e VEREMEEVA, Natalia - Belarus in the Context of the Neighbourhood Policy: Between the EU and Russia. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*. Vol. 27, N.º 1 (2011), p. 73-98.
- SANCHEZ, W. Alejandro - The ‘Frozen’ Southeast: How the Moldova-Transnistria Question has become a European Geo-Security Issue. *The Journal of Slavic Military Studies*. Vol. 22, N.º 2 (2009), p. 153-176.
- SHAPOVALOVA, Natalia e ZAREMBO, Kateryna - Russia’s Machiavellian support for democracy. *FRIDE Policy Brief*. N.º 56 (2010), p. 1-5.
- SHERR, James - *Russia’s Elections and the Near Abroad*. Stockholm: Institute for Security and Development Policy, 2008.
- SHUMYLO-TAPIOLA, Olga - Ukraine and Russia: Another Gas War? *Carnegie Endowment for International Peace*, 2012. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: <http://carnegieendowment.org/2012/02/21/ukraine-and-russia-another-gas-war/9roh>.
- SOCOR, Vladimir - Russia Multiplies Conditions for Conflict-Resolution in Moldova. *Eurasia Daily Monitor Issue*, Vol. 9, N.º 145 (2012). [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: http://www.jamestown.org/programs/edm/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=39707&cHash=ee4544a08bd1972fa858d83902c61082.

- STENT, Angela E. - The Lands in Between: The New Eastern Europe in the Twenty-First Century. In Hamilton, Daniel e Mangott, Gerhard (eds.) *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus and Moldova*. Washington, DC: Center for Transatlantic Relations (2007), p. 1-21.
- STENT, Angela E. - Restoration and Revolution in Putin's Foreign Policy. *Europe-Asia Studies*. Vol. 60, N.º 6, (2008), p. 1089-1106.
- SUSHKO, Oleksandr - The dark side of integration: Ambitions of domination in Russia's backyard. *The Washington Quarterly*, Vol. 27, N.º 2 (2004), pp. 119-131.
- TOLSTRUP, Jakob - Studying a negative external actor: Russia's management of stability and instability in the 'Near Abroad'. *Democratization*. Vol. 16, N.º 5 (2009), p. 922-944.
- TRENIN, Dmitry - Russia and Ukraine. In Hamilton, Daniel; Mangott, Gerhard (eds.) *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus and Moldova*. Washington, DC: Center for Transatlantic Relations, (2007), p. 195-213.
- TRENIN, Dmitry - Modernizing Russian Foreign Policy. *Russian Politics and Law*. Vol. 49, N.º 6 (2011), p. 8-37.
- TSYGANKOV, Andrei P. - *Russia's Foreign Policy: change and continuity in national identity*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2006a.
- TSYGANKOV, Andrei P. - If Not by Thanks, Then by Banks? The Role of Soft Power in Putin's Foreign Policy. *Europe-Asia Studies*. Vol. 58, N.º 7 (2006), p. 1079-1099.
- TUDOROIU, Theodor - Structural factors vs. regime change: Moldova's difficult quest for democracy. *Democratization*. Vol. 18, N.º 1 (2011), p. 236-264.
- TUMANOV, Sergey et al. - Russia-EU relations, or How the Russians Really View the EU. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*. Vol. 27, N.º 1 (2011), p. 120-141.
- VAHABOV, Tamerlan - Ukraine: a challenge for U.S, EU & OTAN regional policy. *Caucasian Review of International Affairs*. Vol. 4, N.º 3 (2010), p. 297-305.
- Voice of America - Russian PM Says Unification with Belarus Possible and Desirable. 31 julho 2012. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.voanews.com/content/russian-pm-says-unification-with-belarus-possible-and-desirable--126555343/170796.html>.
- WEIR, Fred - Ukraine-Russia relations: Why Kiev made a dramatic U-turn back toward Moscow. *The Christian Science Monitor*, 7 maio 2010. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.csmonitor.com/World/Europe/2010/0507/Ukraine-Russia-relations-Why-Kiev-made-a-dramatic-U-turn-back-toward-Moscow>.
- WILSON, Jeanne L. - The Legacy of the Colour Revolutions for Russian Politics and Foreign Policy. *Problems of Post-Communism*. Vol. 57, N.º 2 (2010), p. 21-36.
- ZAGORSKI, Andrey - Russia's neighbourhood policy. *European Union Institute for Security Studies*, 2012. [Acedido a 12 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.iss.europa.eu/publications/detail/article/russias-neighbourhood-policy/>.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série Investigação

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2014



• U

C •

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U